



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 97-2019 – SIAM nº 0007038/2019			
PA COPAM Nº: 2772/2018/001/2018		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: MVS INDÚSTRIA LTDA - ME		CNPJ:	14.811.906/0001-09
EMPREENDIMENTO: MVS INDÚSTRIA LTDA - ME		CNPJ:	14.811.906/0001-09
MUNICÍPIO: São Joaquim de Bicas		ZONA:	Urbana
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Não há incidência de critério locacional.			
CÓDIGO: B-03-03-4	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017): Produção de tubos de ferro e aço e/ou de laminados e trefilados de qualquer tipo de aço, sem tratamento químico superficial.	CLASSE 2	CRITÉRIO LOCACIONAL 0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Aline Diniz e Silva – Engenheira.		REGISTRO: CREA – MG 04.0.0000105982	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Danielle Baere de Oliveira Apoio Técnico Engenheira Ambiental		79336	
De acordo: Liana Notari Pasqualini Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.312.408-6	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 97-2019

O empreendimento MVS INDÚSTRIA LTDA - ME atuará no ramo Indústria metalúrgica - Metais ferrosos, exercendo suas atividades no município de São Joaquim de Bicas - MG. Em 25/05/2018, foi formalizado, na Supram Central Metropolitana, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 2772/2018/001/2018, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento será a “produção de tubos de ferro e aço e/ou de laminados e trefilados de qualquer tipo de aço, sem tratamento químico superficial”, cuja produção é de 6 toneladas/dia, com capacidade instalada de 90,00 toneladas/dia o que justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência do critério locacional zero.

O empreendimento possui área construída de 1.130 metros quadrados, localizado na Avenida José Gabriel de Resende, e desenvolverá sua atividade em um turno de trabalho, com 15 funcionários.

O processo produtivo ocorre por meio de prensa hidráulica, serra circular, furadeira, máquina de corte, máquina de dobradeira, esmerilhadeira e lixadeira. O produto final é destinado ao cliente. O objetivo da produção de tubos de aço sem tratamento químico, é fornecer para fins automobilísticos, tubos de aço nas dimensões 2.00x60x1120, 2.00x19.05x798, 2.00x30.00x20.34, 2.00x30.00x21.00 e 2.00x30.00x13.75.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se o uso de água, a geração de efluentes líquidos, geração de resíduos sólidos e geração de ruídos e vibrações.

O consumo de água pelo empreendimento será em média 0,44 m³/dia e será proveniente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA.

Os efluentes sanitários serão provenientes de banheiros e refeitórios. A estimativa de geração é de 0,97 m³/dia. Os efluentes sanitários são direcionados a uma fossa. Consta no RAS que estes efluentes serão tratados por meio do biodigestor e sumidouro.

Quanto aos resíduos sólidos, estes serão compostos por resíduos comum e de Classe 1 e 2. Os resíduos comuns (varrições, restos de alimentos, papeis de escritório e papeis de sanitários) serão recolhidos pela prefeitura no município de São Joaquim de Bica. Em consulta ao Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM, a prefeitura de São Joaquim de Bica tem Autorização Ambiental de Funcionamento para exercer a atividade “tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos”.

Limalha, sucata, óleo e EPI's usados, resíduos classe 1 e 2, serão acondicionados e armazenados em local impermeabilizado e recolhidos por empresa ambientalmente licenciada.



Os ruídos e vibrações, serão provenientes das máquinas e equipamentos. Serão realizados monitoramentos na área externa da propriedade e, caso sejam detectadas irregularidades, deverão ser tomadas medidas corretivas. Ressalta-se que o empreendimento disponibilizará Equipamento de Proteção Individual – EPI aos funcionários.

Consta no RAS que o início das atividades ocorreu em 29/12/2011. Em análise ao SIAM, não foi constatado nenhuma licença ou autorização ambiental para o empreendimento MVS Industria Ltda – ME. Assim sendo, em 31/08/2018 foi lavrado o auto de infração nº 129098/2018, baseado no decreto estadual 47383/2018, artigo 112, Anexo I, código 107.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “MVS INDÚSTRIA LTDA - ME”, para atividade de “produção de tubos de ferro e aço e/ou de laminados e trefilados de qualquer tipo de aço, sem tratamento químico superficial”, no município de São Joaquim de Bicas - MG”, pelo prazo de 10 anos”.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “MVS INDÚSTRIA LTDA – ME”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Central Metropolitana, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “MVS INDÚSTRIA LTDA – ME”.

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída do Conjunto fossa filtro sumidouro	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: efluente bruto: Antes da entrada da fossa. Saída do Conjunto fossa filtro sumidouro (efluente tratado): após o filtro

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram Central Metropolitana até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017, especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram Central Metropolitana, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

3. Ruídos



Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	<u>anual</u>

Relatórios: Enviar, anualmente, à Supram Central Metropolitana os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.